



PATRIMONIALIZAÇÃO MUNDIAL E INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS NO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM (PA), ALGUMAS REFLEXÕES.

Elcivânia de Oliveira Barreto¹

RESUMO

Este estudo traça uma reflexão sobre o processo de patrimonialização e as intervenções urbanas no centro histórico de Belém, estado do Pará. Diante disso, buscou-se analisar as intervenções urbanas no centro histórico de Belém, enquanto parte de um processo de patrimonialização mundial, que se configura como uma das fontes da acumulação capitalista no período histórico atual. Buscou-se ainda caracterizar o centro histórico de Belém, e identificar os principais projetos de requalificação urbana empreendidos na área. Dessa forma, realizou-se pesquisa bibliográfica e documental. No que se refere a pesquisa bibliográfica, realizou-se leituras e análises de Santos (1991; 2009a; 2009b; 2009c; 2010; 2012a; 2012b; 2018), Lefebvre (2001; 2008), Corrêa (1989; 1996), Harvey (2006; 2010), Arantes (1998; 2016), Becker (1995; 2013) e Trindade Jr (1998). Quanto a pesquisa documental, consultaram-se sites do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), portal da Transparência do Governo Federal e sites do Tribunal de Contas do Estado do Pará e Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, informações sobre os projetos de intervenções urbanas no centro histórico de Belém. Diante disso, identificou-se que no período de 2000 a 2020, foram executados vários projetos de intervenção no Centro Histórico de Belém, os quais ora reforçam as horizontalidades, ora as escamoteiam, por meio da imposição de uma nova ordem que se projeta a partir dos espaços requalificados, nos quais uma nova lógica se impõe ao centro histórico, uma lógica regida por novos sujeitos, novos usos, que redireciona a processos de consumo e acumulação capitalista.

Palavras-chave: Patrimonialização mundial, Intervenções Urbanas, Centro Histórico, Belém, Amazônia brasileira.

RESUMEN

Este estudio reflexiona sobre el proceso de patrimonialización e intervenciones urbanas en el centro histórico de Belém, estado de Pará, por lo que se buscó analizar las intervenciones urbanas en el centro histórico, parte de un proceso de patrimonialización mundial, que se configura como uno de las fuentes de acumulación capitalista en el período histórico actual. También se buscó caracterizar el centro histórico de Belém, e identificar los principales proyectos de remodelación urbana emprendidos en la zona. Así, se llevó a cabo una investigación bibliográfica y documental. En cuanto a la investigación bibliográfica, las lecturas y análisis fueron realizados por Santos (1991; 2009a; 2009b; 2009c; 2010; 2012a; 2012b; 2018), Lefebvre (2001; 2008), Corrêa (1989; 1996), Harvey (2006; 2010), Arantes (1998; 2016), Becker (1995; 2013) y Trindade Jr (1998). En cuanto a la investigación documental, se consultaron los sitios web del Instituto Nacional del Patrimonio Histórico y Artístico (IPHAN), el portal de Transparencia del Gobierno Federal y los sitios web del Tribunal de Cuentas del Estado de Pará y Tribunal de Cuentas de los Municipios de Estado de Pará, información sobre los proyectos de intervenciones urbanas en el centro histórico de Belém. Por lo tanto, entre 2000 y 2020,

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará – UFPA. Mestra em Geografia, Licenciada Plena e Bacharela em Geografia pela Universidade Federal do Pará – UFPA, yaniabarreto21@gmail.com.



se llevaron a cabo varios proyectos de intervención en el Centro Histórico de Belém, que a veces refuerzan las horizontalidades, a veces las ocultan, a través de la imposición de un nuevo orden que se proyecta desde espacios recalificados, en los que una nueva lógica se impone al centro histórico, una lógica regida por nuevos sujetos, nuevos usos, que reorienta hacia procesos de consumo y acumulación capitalista.

Palabras clave: Patrimonialización mundial, intervenciones urbanas, Centro histórico, Belém, Amazonía brasileña.

INTRODUÇÃO

O presente estudo é parte da pesquisa que está em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Nível Doutorado - da Universidade Federal do Pará, que trata sobre o Ordenamento territorial urbano e patrimonialização na Amazônia Brasileira. Nesse contexto, situa-se a pesquisa em duas cidades da Amazônia brasileira, Belém (PA) e São Luís (MA), estas que vem recebendo nos últimos anos vários projetos de requalificação urbana em seus centros históricos, em que formas antigas são utilizadas para criar uma nova imagem de tais cidades.

É importante destacar, que a pesquisa se encontra em andamento, por isso, neste momento serão apresentadas algumas reflexões teóricas que vem subsidiando as análises sobre a temática no recorte espacial, Belém (PA). Assim, o presente trabalho tem como recorte espacial o centro histórico de Belém, e busca compreender o patrimônio cultural, elemento característico da cultura, enquanto fonte de acumulação de capital nas cidades amazônicas. Dessa forma, busca-se ainda caracterizar o centro histórico de Belém, e identificar os principais projetos de requalificação urbana empreendidos na área, uma vez que estes últimos, geralmente se amparam nos discursos de salvaguarda estabelecidos pelas políticas de patrimonialização mundial, mas que mobilizam agentes locais, para o ajustamento das políticas de ordenamento territorial urbano da cidade em prol da reificação do patrimônio, no caso mais específico da requalificação dos centros históricos dotados de novas funções com vistas a reprodução do capital.

Para tanto, as reflexões teóricas deste estudo estão assentadas em Santos (1991; 2009a; 2009b; 2009c; 2010; 2012a; 2012b; 2018). Buscou-se ainda dialogar com literaturas de Lefebvre (2001; 2008), Corrêa (1989; 1996), Harvey (2006; 2010), Arantes (1998; 2016). Recorreu-se a Becker (1995; 2013) e Trindade Jr (1998) para compreender os processos que envolvem a urbanização da Amazônia. Destaca-se também o levantamento e análise da literatura de Leite (2001; 2002; 2004; 2009; 2015a; 2015b), dentre outros autores, que foram imprescindíveis nas análises sobre patrimonialização e centro histórico.



Considerando a compreensão da produção do espaço urbano no período histórico atual, é necessário a utilização de um método de interpretação e análise que possibilite a identificação e compreensão dos contrários e seus conflitos, nesse caso, optou-se pelo método materialismo histórico e dialético. A pesquisa também se cerca de um sistema instrumental técnico-empírico com vistas a atingir os objetivos dispostos neste estudo. Desta forma, realizou-se a princípio levantamento e análise de bibliografia de temas pertinentes à realização da pesquisa; levantamento e análise documental e elaboração cartográfica do recorte espacial.

REFERENCIAL TEÓRICO

O período histórico atual, denominado por Santos (2009b) de técnico-científico e informacional, nos leva a várias reflexões sobre as recentes transformações nas cidades amazônicas, desta forma faz-se necessário compreender a dinâmica espacial desencadeada no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, em que há o predomínio da financeirização. Lefebvre (2011) aponta que entramos numa era urbana, sendo necessário superar a era industrial para a compreensão da dinâmica sócio-espacial. Assim, é preciso pensar como a cidade é colocada como negócio, os processos que envolvem essa transformação da cidade em mercadoria para compreendermos as novas dinâmicas sócio-espaciais que emergem a partir destes e como se projetam na atualidade.

Diante disso, é importante considerar como a produção do espaço amazônico ocorre nesse período, visto como uma mercadoria que tende sempre a valorizar-se, não pelo valor de uso, mas pela troca e pelo valor de troca. Essa reflexão exige considerar ainda os desdobramentos da financeirização no espaço urbano, nas novas políticas do espaço bem como no planejamento urbano, o que requer uma análise minuciosa não apenas dos agentes econômicos e políticos que participam desse processo, mas também uma compreensão dos conflitos e contradições presentes e sobre o papel que este espaço assume na reprodução do capital da Amazônia.

A questão urbana na Amazônia desperta o interesse de vários estudiosos ligados às várias ciências, dentre as quais a Geografia. Na Geografia é possível encontrar vários trabalhos que buscam compreender a produção do espaço e a diversidade urbana da Amazônia, considerando ainda as suas particularidades e singularidades. Diante disso, vale destacar o termo “floresta urbanizada” proposto por Becker (1995), para se referir a uma das



fronteiras de expansão do capital na Amazônia, intensificadas pelo processo de modernização do espaço da região.

Becker (2013) destaca que as cidades desempenharam um papel fundamental tanto na ocupação do território quanto nas tentativas de desenvolvimento direcionadas para a região. Conforme destaca a autora, a precariedade de acesso, de recursos econômicos e políticos foram fatores que influenciaram diretamente o não desenvolvimento das cidades, ainda assim, estas se constituem como fontes cruciais para o conhecimento da região e particularmente sobre o processo de expansão da fronteira urbana.

Com o objetivo de mostrar a importância dos núcleos urbanos para a compreensão da região, Becker (2013) traz uma reflexão do período de ocupação europeia até o período mais recente de ocupação da região por meio das políticas do Estado brasileiro, o que impulsionou o surgimento de múltiplas formas de urbanização na Amazônia, esta que geralmente estava atrelada aos ciclos econômicos empreendidos na região. Para a autora, esse íterim apresenta justamente “a base logística de expansão da fronteira. Por esse intenso processo, a região foi denominada de floresta urbanizada” (BECKER, 2013, p. 34).

Ao tratar a fronteira urbana, Smith (2007, p. 18) considera duas condições essenciais para compreensão desta, primeiramente entender que “a fronteira urbana é, antes de tudo, uma fronteira no sentido econômico. E (...) em segundo lugar, a fronteira urbana é, hoje, apenas uma dentre várias fronteiras existentes, visto que a diferenciação interna do espaço geográfico ocorre em diferentes escalas”. Assim, os processos que envolvem a produção do espaço urbano são motivados pelo vetor econômico, uma vez que àquele se consagra como palco e produto da acumulação e expansão capitalista, estimulando o surgimento de novas formas, funções, estruturas e processos. Assim, o processo de urbanização passa de induzido (pela industrialização) a agente indutor das práticas sociais mediada pelo capital em escala mundial (LEFEBVRE, 2011, 2008).

Nesse contexto, vale considerar as particularidades e especificidades da industrialização ocorrida nos países em desenvolvimento como o Brasil. Caracterizada como tardia, a industrialização se desenvolve nesses países apenas no século XX, quando a Europa já havia passado pela sua segunda Revolução Industrial. Além dos processos serem diferenciados, os desdobramentos da industrialização em território nacional apresentam suas particularidades, pois não se volta apenas para a criação de atividades industriais, mas trata-se também de



processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços para equipar o território a fim de integrá-lo, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações e ativa o próprio processo de urbanização (SANTOS, 2018, p. 30).

Dessa forma, o processo de industrialização no Brasil, desencadeou segundo Santos (2018), uma urbanização terciária, uma vez que não ocorreu de forma semelhante aos países industriais, que perpassaram inicialmente pelo setor primário, na sequência pelo secundário até atingir o setor terciário. Conforme destaca Santos (2018, p. 27), até o final da Segunda Guerra Mundial, a economia da maioria das capitais do Estado brasileiro, estava baseada na agricultura, esta que se realizava em sua zona de influência e nas suas funções administrativas públicas e privadas. Aponta ainda, que nas capitais dos Estados como Pará e Maranhão, em que a atividade extrativa até então predominava, houve uma concentração muito maior da população.

De acordo com Trindade Jr. (1998, p. 50) o urbano e o processo de urbanização foram às estratégias essenciais, utilizadas para promover a dinâmica econômica da região, esta justificável frente ao discurso de melhores condições de vida que poderiam advir para a população migrante. No período entre as décadas de 1960 a 1980 ocorre um aumento considerável no número da população da região, superando o crescimento nacional e também uma multiplicação do número de cidades (RIBEIRO, 1994, apud TRINDADE JR. 1998). Porém, é preciso pensar o urbano e o processo de urbanização para além dos números (CORRÊA, 1989; TRINDADE JR., 1998; BECKER, 1995; SANTOS, 2010, 2018; LEFEBVRE 2011, 2008). Dessa forma, considera-se imprescindível compreender os processos que metamorfoseiam o espaço e dão novas formas, funções e estrutura ao urbano.

Como uma fronteira de expansão do capitalismo, a fronteira urbana ganha impulso a partir de 1950 quando novas estratégias emergem para reprodução do capital e se projetam principalmente no espaço urbano, desencadeando assim a sua reestruturação por meio de alguns fatores como destaca Smith (2007 p. 20-21): a suburbanização e o surgimento de um diferencial de renda (*rent gap*); a desindustrialização das economias capitalistas avançadas e o crescimento do emprego no setor de serviços; a centralização espacial e simultânea descentralização do capital; a queda na taxa de lucro e os movimentos cíclicos do capital; as mudanças demográficas e nos padrões de consumo.

Ao tratar sobre o processo de produção do território brasileiro, Santos (2018) aponta que os usos do território estiveram quase sempre voltados



a exploração dos recursos naturais pelo trabalho direto e concreto do homem, mais do que pela incorporação de capital à natureza que, durante esse tempo, teve um papel relevante na seleção das produções e dos homens. Nos cem anos que vão da metade do século XIX à metade do século XX, algumas áreas conhecem a implantação de um meio técnico, meio mecanizado, que altera a definição do espaço e modifica as condições do seu uso. (...) As diferenças hoje notadas no território são sobretudo diferenças sociais e não mais naturais. (SANTOS, 2018, p. 48-49).

Para o autor, essas transformações nas formas de utilização do território, dotaram o meio geográfico de técnica e ciência, tornando-o indutor e também condicionante de novos comportamentos da sociedade, “acelerando assim, a necessidade da utilização de recursos técnicos, que por sua vez constituem a base operacional de novos automatismo sociais.” (SANTOS, 2018, p. 51)

Assim, no momento de reestruturação urbana é preciso considerar alguns elementos que escamoteiam a metamorfose do espaço em mercadoria e que passam a modular os padrões de consumo, que se trata da cultura. Conforme aponta autores como Harvey (2006, 2010) e Arantes (1998, 2016) a cultura se torna isca nesse processo de reestruturação urbana emergindo como *commodities*, colonizada pelo capital, criando assim uma tecnosfera e um psicofera que legitima a fragmentação do urbano (ou seria segregação socioespacial) e acumulação do capital no período histórico atual. Assim, “(...) a cidade, ou o que dela resta, ou o que ela se torna, serve mais que nunca a formação de capital, isto é a formação, à realização, à distribuição da mais-valia”. (LEFEBVRE, 2008, p. 41).

É importante considerar Harvey (2006) quando trata da homogeneização embutida na nova reestruturação urbana mundial. Para o autor

A homogeneidade insípida provocada pela transformação pura em *commodities* suprime as vantagens monopolistas. Para a renda monopolista se materializar, é preciso encontrar algum modo de conservar únicos e particulares as mercadorias ou os lugares (...) mantendo a vantagem monopolista numa economia mercantil e, frequentemente muito competitiva (HARVEY, 2006, p. 224).

Sobre o planejamento das cidades, Arantes (1998) e Harvey (2010) destacam que no início a meados do século XX as cidades e as novas cidades foram planejadas dentro de uma racionalidade técnica com vistas a torná-las mais eficientes, salubres e funcionais, até então, pelo menos os planos detinham os interesses do conjunto da sociedade, apesar da “construção” de cidades que rompem de maneira brusca com todas as formas do passado, e o qual se tornou hegemônico no mundo. Como revela Choay (2018, p. 23) ao consagrarem o modelo progressista do urbanismo, instauram um “espaço fragmentado, mas ordenado, da cidade-objeto, o qual corresponde rigorosamente ao espaço dissociado, mas geometricamente composto, da cidade espetáculo”. Tal concepção de cidade, construída no viés da



industrialização, e por assim denominada de cidade instrumental, cidade do espetáculo, e também radiosa, é sustentada pela ideia de modernidade como destacou Choay (2018). Para Lefebvre,

A política do espaço apenas o concebe como meio homogêneo e vazio, no qual se estabelecem objetos, pessoas, máquinas, locais industriais, redes e fluxos. Tal representação fundamenta-se numa logística de uma racionalidade limitada, e motiva uma estratégia que destrói, reduzindo os espaços diferenciais do urbano e do 'habitar' (LEFEBVRE, 2008, p. 51).

Com a crise da urbanização modernista, e o surgimento do pós-modernismo, emerge com ele um novo modo de planejar e fazer as cidades, agora cada vez mais fragmentado e obediente, como menciona Arantes (1998, p. 146), “ao princípio máximo da flexibilização”. A palavra planejamento entra em desuso, e a palavra requalificação torna-se o instrumental dos urbanistas e arquitetos no emergente mundo pós-moderno, inaugurando assim uma “nova” fase do urbanismo, que estabelece a volta à cidade (ARANTES, 1998), mediada pela “cultura” (como alegoria) e pelo capital. Contudo, Arantes (2016) afirma que esse novo urbanismo nada mais é que a reverberação do antigo, e talvez o único diferencial seja a nomenclatura, assumida descaradamente, atribuída ao planejamento e a gestão das cidades, que se trata do “gerenciamento empresarial”. Esse é período de consagração da cultura (de massa) nas cidades, em que a cidade-colagem entra em cena como destacou Arantes (2016).

Essa volta à cidade é marcada pela “revitalização” de centros históricos de várias cidades pelo mundo, inclusive brasileiras, e demarca a “gentrificação” de áreas centrais da cidade e consolida uma nova forma de acumulação por espoliação, centrado na “cultura” como fetichismo, que molda não apenas a estrutura das cidades, mas que molda todas as dimensões da sociedade, e que estimula a formação e o consumo de um estilo de vida, concretizando na prática, a “sociedade burocrática do consumo dirigido” (LEFEBVRE, 1991, 2011).

O que se observa com o surgimento do “novo” urbanismo, é que essa volta a cidade legitimada com os processos de intervenção urbana nos centros históricos, se consagra como uma estratégia global de renovação das cidades, que perpetua-se por meio de um discurso simbólico, de valorização e apropriação do patrimônio histórico cultural, este parte da cultura que se reifica e torna-se fetiche, inserido numa lógica mundial, que fabrica consensos para estabelecer as transformações sócio-espaciais necessárias a renda monopolista e a manutenção do controle social. Essa lógica insere as cidades num jogo competitivo para atração do capital, que coloca a “cultura”, conforme apontou Harvey (2006, p. 227), “cada vez mais enredada



com as tentativas de assegurar um poder monopolista (...). É dessa forma, que o patrimônio cultural, neste caso específico, os centros históricos das cidades, elemento representativo da cultura, que materializa a identidade, a história de uma dada sociedade, passam a compor os interesses das novas políticas urbanas, com vistas a sua transformação em “mercadoria cultural” (LEITE, 2015),

Transformado em mercadoria cultural, o patrimônio histórico se adapta à nova lógica do mercado, firmando parcerias com a iniciativa privada, que tem investido nessas áreas como lucrativas oportunidades de negócios. A crescente participação do setor privado na gestão do patrimônio envolve a complexa alteração conceitual do patrimônio de “bem simbólico” para “mercadoria cultural”. O processo implica o reconhecimento de formas de interação baseadas no consumo e pressupõe, em primeiro lugar, uma operacionalização das formas de conservação com base nas necessidades do mercado (LEITE, 2015 s/p., tradução nossa).

Segundo Jeudy (2005, p. 19-20) as estratégias utilizadas para a conservação do patrimônio no mundo contemporâneo perpassam por um processo de flexibilidade, este que concede aquelas sentido e finalidade, ao se configurar instrumento de publicização dos “objetos, dos locais, relatos dos fundadores da estrutura simbólica de uma sociedade”. Diante disso, a existência de um dado patrimônio é determinada a partir do reflexo de uma dada sociedade em si mesma, pois ela precisa se ver o espelho de si mesma, considerando “seus locais, seus objetos, seus monumentos reflexos inteligíveis de sua história, de sua cultura”.

Dessa forma, várias justificativas são criadas e utilizadas para dar sentido e finalidade à conservação do patrimônio, dentre as quais “a manutenção da ordem simbólica das sociedades modernas” (JEUDY, 2005, p. 19). Para Jeudy (2005), a recorrente preocupação com os riscos de uma desestruturação na ordem simbólica das sociedades modernas estimulou, justamente, o surgimento de uma resistência, de ordem política e social, “pela consagração cultural dos vestígios da História”, gerando assim discursos e estratégias, que não apenas culminaram na criação do patrimônio, mas que induziram novos valores e significados aos objetos, lugares de caráter simbólicos para uma determinada sociedade. Assim, a consagração dos objetos, lugares etc. em patrimônio, também consagra a sua dicotomia de valores, se a priori somente simbólicos, adquirem com a publicização, valor de mercado.

É nesse interim que o marketing se apropria das possibilidades desencadeadas com o discurso de necessidade de publicização de um dado objeto dotado de valor simbólico para “desenvolvê-lo”. Ao torná-lo público a fim de protegê-lo da “destruição” e assim conservá-lo como parte da identidade de uma sociedade, o marketing traz ressignificações e valores ao patrimônio, que transcendem a justificativa inicial que remete a sua proteção e conservação,



mas ao fazê-lo não apenas retira sua supremacia simbólica, como lhe atribui valor de mercado. Esse movimento compõe o que Jeudy (2005) denomina, de uma “contradição da prospectiva patrimonial: por um lado, os patrimônios não podem ser tratados como produtos de marketing, mas, por outro, não existe desenvolvimento cultural sem comercialização”. Ou seja, para atingir este suposto “desenvolvimento cultural” é necessário que o marketing promova a publicização, torne visível o patrimônio ao público, para que esse mesmo público o reconheça enquanto seu reflexo e assim seja conservado, contudo o valor simbólico passa a concorrer com o valor do mercado, a partir do momento em que a publicização do patrimônio também o torna objeto de consumo. Assim, “(...) rentabilidade e patrimônio arquitetônico-cultural se dão as mãos” (ARANTES, 2013, p. 31).

É nesse contexto, que o turismo emerge como a panaceia da salvaguarda do patrimônio, da cultura ameaçada de desaparecimento pela modernidade, esta tão temida, mas tão incorporada nas práticas sociais. Já não bastasse a responsabilidade atribuída ao turismo para a promoção do “desenvolvimento econômico sustentável” de um lugar, agora ele também se torna instrumento de desenvolvimento cultural por meio do uso do patrimônio enquanto mercadoria, ou como na linguagem do turismo, como atrativo turístico cultural.

É importante compreendermos que o processo de flexibilidade, a necessidade de conservação patrimonial, não é universal. Conforme destaca Jeudy (2005) esse processo surge e se torna recorrente em países ocidentais, com destaque aos países europeus, que a utiliza como uma estratégia de balizamento de uma identidade mundo. Para exemplificar esse fato, o autor, traz à luz a questão do patrimônio no Japão, um país oriental, que nos faz pensar que essa necessidade de dar visibilidade pública aos objetos, locais, dentre outros não se faz presente em todos os lugares. Tendo em vista que os elementos da cultura fazem parte do cotidiano daquela sociedade, são vivenciados por ela no dia a dia, assim, os sujeitos da cultura nipônica, não se veem ameaçados pela perda da sua cultura, tradição diante do processo de globalização, pela invasão da alta tecnologia.

Conforme aponta o autor, “no Japão, o patrimônio já está lá, não tem necessidade de ser refletido”, no entanto há uma pressão ocidental sob aquele, que passa induzir a sociedade nipônica a pensar sobre seu patrimônio. (JEUDY, 2005, p.20). Assim, é possível inferir que o patrimônio bem como, a própria necessidade de sua conservação, são carregados de intencionalidades, estas que reverberam uma hegemonia implícita de sujeitos, de um grupo, de uma Nação.

Nesse sentido, vale considerar Zukin (2017) que aponta que a UNESCO e principalmente a União Europeia estão entre os apoiadores mais ativos do patrimônio cultural



em todo mundo. Para Costa (2015, p. 142), a UNESCO, o Banco Interamericano de Desenvolvimento Cultural – BID e o Banco Mundial – BM, “são agentes da política universal da profusão de cidades para o mercado global”. Enquanto a UNESCO estabelece as diretrizes, por meio de cartas e recomendações, para a conservação e proteção do patrimônio do mundo, o BID e o BM incorporam e dão forma a esse discurso, tornando-se os arquitetos do mundo, conforme aponta Costa (2015). Cria-se assim, uma metalinguagem do patrimônio que passa a orientar a elaboração de políticas de proteção do patrimônio e também as políticas urbanas em escala mundial.

Assim, é possível inferir que tanto a concepção de patrimônio, quanto os discursos e marcos regulatórios sobre este, partem de uma visão de mundo de sujeitos hegemônicos, que exerce, de forma consensual, “o controle sobre a produção simbólica e sobre a produção das representações espaciais (...) consagrando assim, um imperialismo simbólico” (SANCHEZ, 2010, p. 118). Dessa forma, se estabelece em escala mundial, uma linguagem única de proteção e conservação do patrimônio, que reverbera principalmente na propagação e na imposição de projetos universais de modernização de cidades. Isso vai ao encontro do que Bourdieu (1998) chama de “imperialismo do universal”, desencadeado pelos países europeus, configurando-se como,

a expressão e a caução de uma arrogância ocidental, que leva a agir como se alguns homens tivessem o monopólio da razão e pudessem instituir-se, como se diz habitualmente, como polícia do mundo, isto é, detentores autoproclamados do monopólio da violência legítima, capazes de pôr a força das armas a serviço da justiça universal. A violência terrorista, através do irracionalismo do desespero no qual se enraíza quase sempre, remete à violência inerte dos poderes que invocam a razão. A coerção econômica se disfarça muitas vezes de razões jurídicas. O imperialismo se vale da legitimidade das instâncias internacionais. (BOURDIEU, 1998, p. 20).

Assim, é possível inferir que se trata de um interesse gestado dentro de uma perspectiva colonialista de patrimônio, que insere objetos, lugares, pessoas dotadas de valor simbólico, dentro de uma lógica mundial de simulacros culturais para serem comercializados. Assim, se em algum momento a preocupação com conservação e proteção do patrimônio estava relacionada com a perda da identidade dos lugares, essa mesma identidade perde o sentido quando o objeto torna-se patrimônio. Diante disso, vale considerar Costa (2015), o qual adverte que

ações internacionais em prol do patrimônio mundial estão envoltas por um tipo de busca pela “utopia da satisfação generalizada”, nas cidades que pode ser considerada uma metáfora resultante da lógica da aceleração do mundo moderno, que insere as cidades na seara da mercadoria (...). (COSTA, 2015, p. 148).



É com base em tais reflexões que buscou-se compreender o processo de patrimonialização e as intervenções urbanas no centro histórico de Belém, como este se torna novo produto dotado de valor simbólico, mas também de valor de mercado, valores que se entrecruzam no caminhar dos cidadãos e no caminhar dos viajantes, particularmente daqueles que compram a experiência vendida na imagem forjada da cidade, como totalidade orgânica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Ponte e Brandão (2014, p. 7) Belém é “formada pelo conjunto de seu núcleo continental e uma porção insular com 39 ilhas”, formada assim por duas “Beléns”, uma que mantém seu elo forte, sua vida integrada ao rio, e a outra que o nega. Fundada em 12 de janeiro de 1616 por Francisco Caldeira Castelo Branco, Belém representou um ponto estratégico para os interesses da coroa portuguesa da época. A cidade começou justamente onde hoje é o Forte do Castelo, este que a época recebera o nome de Forte de Presépio. A construção do Forte do Presépio não só consolida a supremacia dos lusitanos sob o território “amazônico”, mas configura-se em Belém, “o ponto de partida para o nascimento e desenvolvimento do núcleo urbano” (CRUZ, 1973p. 39).

Nesse contexto, Lima (2015, p. 16) destaca que o “o legado urbanístico, paisagístico e arquitetônico de diversos períodos históricos se faz presente no CHB”. Assim, desataca-se a importância histórica dessa fração da cidade, principalmente com delimitação de seu Centro Histórico, por meio da LEI Nº 7.709/94. É importante ressaltar que o Centro Histórico de Belém também foi tombado por lei federal, no caso pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, porém os limites da área tombada não correspondem com os definidos na lei municipal de 1994, a área é menor, isso ocorreu devido aos técnicos do IPHAN apontarem modificações em alguns conjuntos arquitetônicos que colocam em xeque a sua “autenticidade”, impedindo-os de caracterizá-los como históricos.

Considerando as consultas nos sites, observou-se ainda, que o centro histórico de Belém continua recebendo diversas obras de intervenções urbanísticas, algumas destas oriundas de parcerias entre a esfera pública federal e estadual e outras provenientes da parceria entre a esfera pública federal e municipal. Identificou-se também os projetos intervenções urbanas que foram realizados e/ ou previstos para o Centro histórico de Belém no período de 2000 a 2020 (Mapa 1). Tais informações foram obtidas no portal do IPHAN, no portal da Transparência do Governo Federal e nos sites do Tribunal de Contas do Estado do Pará e Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará. Comparou-se ainda os valores de

custo das obras entre os sites do Governo Federal e sites como do Tribunal de Contas dos Municípios, as informações nem sempre coincidem, como valores, data de início de execução do projeto, se o mesmo finalizou.

Mapa 01 – Intervenções Urbanas no Centro Histórico de Belém (PA), obras e projetos no período de 2000 a 2020.



Fonte: Barreto, 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, sobre o centro histórico de Belém, pode-se inferir como tal fração de Belém, sinônimo de espaço banal, conjuga lugares em que a vida acontece. De um lado as práticas sociais de uma Belém pitoresca subvertem-se diante de uma Belém sublime, e de outro lado, tem-se a ativação de uma dialética da memória, esta que permite o surgimento de novas formas de uso, ocupação e (re) significação do espaço urbano.

Observou-se ainda que no ano de 2020, o centro histórico de Belém continuava a receber diversas obras de intervenções urbanas, algumas destas oriundas de parcerias entre a



esfera pública federal e estadual e outras provenientes da parceria entre a esfera pública federal e municipal.

Assim, pode-se observar que no período de 2000 a 2020, foram executados vários projetos de intervenção no Centro Histórico de Belém, estes que ora reforçam as horizontalidades, ora as escamoteiam, por meio da imposição de uma nova ordem que se projeta a partir dos espaços renovados. Depara-se assim, com uma nova lógica sendo direcionada para o centro histórico de Belém, uma lógica regida por novos sujeitos, novos usos, que permita a reprodução capitalista do espaço bem como a renda monopolista dos espaços renovados. Certamente, nem todas as frações do Centro Histórico interessam aos sujeitos hegemônicos do mercado capitalista, por isso que são selecionadas áreas específicas desse centro histórico, as quais justamente podem ampliar a renda monopolista de tais sujeitos, mas, sobretudo que áreas que contribuam na criação da imagem da cidade ideal, uma “imagem única”, que seja competitiva para ser comercializada no mercado mundial das cidades-mercadoria.

REFERÊNCIAS

ARANTES, O. B. A Cultura sem frase. In: ARANTES, O. B. **Urbanismo de Fim de Linha**. São Paulo: Edusp, 2001.

ARANTES, O. B. Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. (orgs.). **A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos**. 8ª ed. 3ª reimp. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2016

BARRETO, E.O. **Relatório de Qualificação de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Geografia (Doutorado). Universidade Federal do Pará. 2020.

BECKER, B.. Undoing myths: The Amazon – an urbanized forest.. In.: CLÜSENER-GODT, M. & I. SACHS (eds.): **Brazilian perspectives on sustainable development of the Amazon Region**. Paris: 53-89. 1995.

_____. **A Urbe Amazônica: a Floresta e a cidade**. 1º ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BELÉM. **Lei nº 7.709 de 18 de maio de 1994**. Dispõe sobre a preservação e proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de Belém e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.belem.pa.gov.br/segep/download/coletanea/PDF/n_urban_p/patr_hist.pdf>. Acesso em: junho de 2020.

BOURDIEU, P. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neo-liberal**. Tradução Lucy Magalhães. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.



CHOAY, F. A **Alegoria do Patrimônio**. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade; Ed. UNESP, 2001.

_____. **O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. [Tradução: Dafne Nascimento Rodrigues]. 7ª ed. 2ª reimp. São Paulo: Perspectiva, 2018.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

_____. **Os centros de gestão do território: uma nota**. Revista Território, v. 1, n. 1, p. 23-30, 1996

COSTA, E. B.. **Cidades da patrimonialização global**. São Paulo: Humanitas -USP, 2015.

CRUZ, E. **História de Belém**. Belém: UFPA, 1973. 2V.

JEUDY, H.P. **Espelho das Cidades**. Rio De Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo, Ed. Ática, 1991.

_____. **A Revolução Urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte, Ed: UFMG, 2008.

_____. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5ª ed. 3ª Reimp. São Paulo: CENTAURO, 2011.

LEITE, R. P. **Cities and Gentrification in Contemporary Brazil**. Current Urban Studies, v. 03, p. 175-186, 2015a. Disponível em: <https://www.scirp.org/html/1-1150133_58857.htm#p185>. Acesso: Agosto de 2020.

LIMA, D. B. O. **A percepção dos agentes do mercado imobiliário sobre a preservação e a legislação do centro histórico de Belém**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente Urbano) - Universidade da Amazônia, Belém, 2015.

BRANDÃO, A. J. D. das N.; PONTE, J. Diretrizes Urbanísticas para um Plano de Drenagem na Região Metropolitana de Belém. In: **3º Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo**. 2014. Belém: Universidade Federal do Pará.

SÁNCHEZ, F. A. Reinvenção das Cidades na Virada de Século: Agentes, Estratégias e Escalas de Ação Política. In.: **REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA**, Nº 16: 31-49 JUN. 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rsocp/n16/a03n16.pdf>>. Acesso: fevereiro de 2019.

_____. **A Reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó/SC: Argos, 2010.

SANTOS, M.. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1991.



_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** São Paulo: Record, 2009a.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4 ed. 5 reimpressão. São Paulo: Edusp, 2009b.

_____. **Metrópole Corporativa Fragmentada: o Caso de São Paulo.** 2ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009c.

_____. **A Urbanização Desigual: A Especificidade do Fenômeno Urbano em Países Subdesenvolvidos.** 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

_____. **Da totalidade ao lugar.** 1ª ed. 2ª reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012a.

_____. **Por uma Economia Política da Cidade: O Caso de São Paulo.** 2 ed. 1reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012b.

_____. **A urbanização brasileira.** 5 ed. 4 reimp. São Paulo: EDUSP, 2018.
SMITH, N.. **Gentrificação: a fronteira e a reestruturação do espaço urbano.** IN: GEOUSP, São Paulo, n.º 21, 2007.

TRINDADE JR, S.-C; AMARAL, M. D.. Reabilitação urbana na área central de Belém-Pará: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Belém, PA, v. 111, p. 73-103, jan/dez. 2006. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/rev_pr_111_saint_clair.pdf>. Acesso: fevereiro de 2019.

TRINDADE Jr, S-C. C.. **A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém.** Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. **Patrimônios, Vivências e Representações do Espaço em Políticas de Requalificação Urbana na Amazônia.** ESPAÇO E GEOGRAFIA (UNB), V. 16, P. 483-513, 2013. Disponível em: <<http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/view/266>>. Acesso: Novembro de 2018.

ZUKIN, S. Patrimônio de quem? Cidade de quem? Dilemas sociais do patrimônio cultural na dimensão urbana. In: CYMBALISTA, R.; FELDMAN, S.; KÜHL, B. M. **Patrimônio cultural: memória e intervenções urbanas.** São Paulo; Annablume, 2017.